



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial
Núcleo de Inteligência Regional

Sumário Executivo

Análise e Formulação de Critérios para Implementação da Política Pública

Departamento de Gestão da Informação, Monitoramento e Avaliação das Políticas de Desenvolvimento
Regional e do Ordenamento Territorial
Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação de Políticas

A política pública em questão, ainda em fase de formulação e identificada nos relatórios como um futuro Programa Federal de Provedimento de Acesso à Água, visa melhorar o acesso à água adequada para consumo humano e produção em diversas regiões do Brasil: Sul, Sudeste, Nordeste (com foco no semiárido) e Centro-Oeste (áreas de bioma Cerrado). A iniciativa busca solucionar o problema da escassez hídrica e melhorar a oferta de água, especialmente para comunidades rurais com maior vulnerabilidade.

Os **objetivos principais** da política incluem:

- Analisar as políticas públicas existentes relacionadas ao acesso à água nas regiões mencionadas.
- Realizar um diagnóstico da oferta hídrica para populações específicas, como comunidades tradicionais, ribeirinhas, periféricas e rurais dispersas, bem como áreas afetadas por desastres.
- Implementar tecnologias de acesso à água de forma prioritária nas localidades e municípios mais necessitados.

A política pretende atingir **comunidades nas regiões do Nordeste e Norte de Minas Gerais**, como exemplificado pela Operação Carro-Pipa (OCP). O foco está em **beneficiar populações vulneráveis** que sofrem com a falta de acesso à água para consumo e atividades produtivas.

A **implementação da política** será orientada por **critérios de seleção e priorização** de localidades e municípios, propostos na consultoria. Essa metodologia considera **diferentes dimensões**:

- **Ambiental:** Pluviosidade, bioma (com atenção especial ao Cerrado e ao semiárido) e quantidade de água disponível.
- **Territorial:** Tipologia do território (rural/urbano), ordenamento territorial, densidade demográfica e distância de fontes de água. A política reconhece a **relevância das considerações sobre ruralidade** e busca incluir áreas específicas no planejamento.
- **Socioeconômica:** Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Produto Interno Bruto (PIB) per capita e presença de pequenos produtores. O objetivo é **combater a extrema pobreza** através do acesso à água.
- **Político-Institucional:** Governança hídrica (funcionamento de colegiados, planos de recursos hídricos), capacidades institucionais, capacidade de pagamento (CAPAG) dos municípios e existência de fundos, convênios ou consórcios. A **articulação entre municípios, estados e sociedade civil** é considerada importante para a efetiva implementação.

A metodologia de priorização adaptada do **método Batelle-Columbus** sugere um processo em etapas para selecionar as localidades mais adequadas para receber as tecnologias de acesso à água. A política busca garantir uma **abordagem equitativa** nas regiões-alvo.

Embora a política esteja em fase de formulação, a análise das políticas federais existentes, como a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), a Política Nacional de Saneamento Básico e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), fornece o arcabouço legal e instrumental para a futura implementação. A política reconhece a importância da **gestão integrada dos recursos hídricos** e a necessidade de **fortalecer institucionalmente a coordenação intersetorial**.

Em suma, a futura política pública de provimento de acesso à água pretende ser um programa abrangente, com foco em **reduzir as desigualdades regionais e sociais no acesso à água**, utilizando critérios transparentes e multidimensionais para priorizar as áreas de maior necessidade nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil.